

MONDLANE – REGRESSO AO FUTURO: REFLEXÃO A RESPEITO DE IDEIA DAS HIPÓTESES SOBRE MONDLANE NA VISÃO DE SEVERINO ELIAS NGOENHA

MONDLANE – RETURN TO THE FUTURE: REFLECTION ON THE IDEA OF HYPOTHESES ABOUT MONDLANE IN VIEW OF SEVERINO ELIAS NGOENHA

241

Farai Estevão

Mestre em Educação/Ensino de Filosofia pela Universidade Licungo–Moçambique. Docente na Escola Secundária de Sussundenga, Província de Manica- Moçambique.

farai.estevao1984@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-8093-8282>

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender numa forma reflexiva, o pensamento de Severino Elias Ngoenha na sexta parte de sua obra *Mondlane – Regresso ao Futuro*, que discute as hipóteses sobre Mondlane, com vista a trazer reflexão na forma de resgatar os ideais de Mondlane para a reconstrução de Moçambique. A obra foi publicada em 2019, num contexto de muita incerteza porque Moçambique encontra(va)-se novamente no “alto-mar”, como afirmara Julius Nyerere – o mar de conflitos internos, dívidas ocultas e invasão dos terroristas no norte do país. A construção desta reflexão baseou-se na hermenêutica da obra em alusão. Com o “Regresso ao Futuro” entende-se como o renascimento, neste caso, ir ao passado para buscar os ideais de Mondlane de modo a refletir e examinar o presente e projetar o futuro de Moçambique agradável. Na obra, Ngoenha pretende resgatar os ideais de Mondlane e usá-los como inspiração na resolução dos problemas atuais, a fim de construir Moçambique melhor. Ao lê-la, percebe-se que o pensamento do autor é reaproveitar o espírito agregador, dialógico e de consenso de Mondlane para a (re)construção de Moçambique a partir da (re)conquista da paz, democracia, reconciliação, progresso e bem-estar do povo – objetivos pelos quais os moçambicanos lutaram durante décadas.

Palavras-Chave: Mondlane. Regresso ao Futuro. Democracia. Bem-estar do povo.

ABSTRACT

The objective of this article is to comprehend in a reflexive way Severino Ngoenha's thought in the sixth part of his book *Mondlane-return to the future*, which discusses the hypotheses about Mondlane, with a view to bring reflection on how to rescue Mondlane's ideals for the reconstruction of Mozambique. The book was published in 2019, in a context of great uncertainty because Mozambique is(was) on the “high seas” again, as Julius Nyerere stated—the sea of internal conflicts, hidden debts and the invasion of terrorists in the north of the country. The construction of this review was based on the hermeneutics of the book in question. With “Return to the Future” it is understood as rebirth, in this case, going to the past to seek Mondlane's ideals to reflect and examine the present and project a pleasant future for

Mozambique. In the book, Ngoenha intends to rescue Mondlane's ideals and use them as inspiration in solving current problems in order to build better Mozambique. When reading this book, it is clear that the author's thinking is to reuse the aggregating, dialogical and consensus spirit of Mondlane to the (re) construction of Mozambique from the (re) conquest of peace, democracy, reconciliation, progress and well-being of the people – objectives for which Mozambicans have fought for decades.

Keywords: Mondlane. Back to the Future. Democracy. Well-being of the people.

INTRODUÇÃO

A obra *Mondlane – Regresso ao Futuro* de Severino Elias Ngoenha constitui um dos marcos importante porque (re)introduz o debate sobre o renascimento de Moçambique a partir dos ideais de Mondlane. Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969) é moçambicano considerado arquiteto da unidade nacional. Talvez seja este último factor que Ngoenha, aquando do lançamento da obra afirmou que, “parece-me que Mondlane ainda tem algo para nos ensinar e resolvermos os nossos problemas no futuro, pois para ele, uma unidade na diversidade, na colaboração e no entendimento é a melhor forma de governação, por isso, é sem dúvidas uma fonte de inspiração”.

O contexto da publicação desta obra (2019) é determinante para análise reflexiva do Moçambique de ontem, hoje e amanhã. Tratava-se do período de incertezas devido os ataques no centro de Moçambique atribuídos a Junta Militar da Renamo e o seu líder Mariano Nhongo, morto em Outubro de 2021; a crise da democracia relacionada a intolerância política, a onda de sequestros e assassinatos de empresários e políticos; invasão dos terroristas desde 2017 na zona norte, principalmente na província de Cabo Delgado, mas que vem alastrando-se nas províncias de Niassa e Nampula e a descoberta das chamadas “dívidas ocultas” que tirou a paz econômica e descredibilizou a imagem do país.

É a partir destes e de outros fatores que Ngoenha olha em sua volta e clama pelo resgate da ideologia de Mondlane como alternativa para tirar Moçambique do “alto-mar” – o mar de conflitos internos e incertezas. Ngoenha adverte que a ideia não é celebrar Mondlane como herói a ser recordado, entretanto, deixando-o trancafiado nas gavetas da história, mas confrontar o seu pensamento com os moçambicanos na atualidade. O autor pede aos moçambicanos para que percam um pouco de seu tempo para descobrir o pensamento de Mondlane e deixar-se interpelar por ele.

A partir deste artigo, pretende-se compreender reflexivamente o pensamento de Ngoenha na sua tese de resgate dos ideais de Eduardo Mondlane face aos problemas vividos no país. Trata-se de um estudo teórico, de análise, compreensão e interpretação da sexta parte da obra de Severino Elias Ngoenha, *Mondlane – Regresso ao Futuro*, que discute Hipóteses sobre Mondlane. O artigo apresenta A tese – De volta a Mondlane. Em seguida, discute as quatro hipóteses (sociológica,

Política, Epistemológica e Filosófica) propostas por Ngoenha que convida os moçambicanos a chamar de volta Mondlane. E por fim, apresenta-se as considerações finais da reflexão.

A TESE – DE VOLTA À MONDLANE

Ngoenha afirma que sua maior preocupação nessa tese é resgatar os ideais da “águia que levantou o voo e levou consigo milhares de homens e mulheres para construir um novo ninho, hoje atacado por diferentes formas de cucos”, (Ngoenha, 2019, p.170). A águia referida por Ngoenha é Mondlane, que preocupado com a opressão colonial que crescia em Moçambique, deixou as Nações Unidas onde era funcionário, para atender ao convite de lutar por Moçambique a fim de libertá-lo. É este Moçambique que foi liberto com muito sacrifício e vidas humanas perdidas que hoje é destruído por um pequeno grupo de indivíduos egoístas, gananciosos e intolerantes que vive à custa do povo na miséria.

Na obra *Lutar por Moçambique* (1995), percebe-se que Mondlane não queria que Moçambique fosse construído ou repousar sobre as diferenças, egoísmo, vingança, grupismo e discriminação, mas sobre políticas aglutinantes (nós moçambicanos) que juntos construímos o futuro melhor. Os problemas que Moçambique vive hoje, fazem com que Ngoenha analise e levante com maior desassossego as consequências da falência política da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) que abre portas de um parlamento monolítico (um parlamento homogêneo) que revela a crise da democracia por este conduzir os debates em uma única direção como um parlamento do partido único, para além da gula dos governantes e parlamentares que manifestam a crise moral, a exemplo das dívidas ocultas que chocou milhares de moçambicanos e alguns parceiros de cooperação.

Ngoenha inspirado em diversos escritos de Mondlane, descreve as diferentes formas de cucos aos desestabilizadores da paz, governantes e políticos gananciosos e egoístas que de tudo fazem para o benefício próprio, esquecendo os objetivos pelos quais o povo lutou. Aliás, ele recorre o princípio formulado por Hans Jonas “não pôr em perigo as condições para a sobrevivência indefinida da humanidade na terra”, que se entende como uma advertência contra a exploração dos pobres pelos ricos e contra a destruição acelerada da natureza pelo homem.

Nota-se que em África e particularmente em Moçambique, estão a nascer governantes e políticos preocupados em acumular benesses materiais a custa do cidadão mergulhado no desemprego, desespero, fome e miséria que ao mesmo tempo usam-no para justificar a sua mendicância junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e outras instituições internacionais, que no vocábulo do dia, chamam de parceiros de cooperação, enquanto na verdade, são os decisores das políticas que determinam a vida das populações.

Apesar dos governantes africanos considerarem “ajuda”, mas no fundo não é uma doação por parte dos “chamados doadores” porque são acordos desiguais onde eles ganham mais do que oferecem, para além de exigirem reformas econômicas e políticas que acabam sufocando ou

priorando os problemas dos países receptores de créditos e, conseqüentemente a vida das populações. O aparente empréstimo atrativo oferecido pelo FMI e BM aos países africanos para cobrir investimentos novos e básicos, constitui uma armadilha da dívida porque quando chega o tempo de reembolsar, muitos países pobres não conseguem. Como resultado, os países fazem novos empréstimos para aliviar os antigos. Mesmo sabendo que é a política que retarda o desenvolvimento porque os devedores sempre se preocupam em resolver os problemas do passado, a maioria dos nossos governantes e políticos estende as mãos ao empréstimo, pois dele, tira-se as vantagens individuais ou para pequeno grupo – a família política.

No debate sobre a problemática de vantagens individuais entre os governantes e políticos e distribuição de riqueza, Mondlane (1995) já defendia que,

[...] era necessária uma forte planificação central para impedir a concentração de riquezas e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de uns poucos. A riqueza seria distribuída equitativamente para todos. Os preços e os salários podiam ser definidos igualmente para todo o país. Estas medidas, por si só, poderiam contribuir para uma distribuição mais equilibrada das receitas. Mas, para além disto, seria necessário não permitir salários demasiadamente elevados. Isto era importante porque se as pessoas que estão no poder num país gozarem de uma posição econômica privilegiada deixarão de sentir os problemas cujas soluções são responsáveis, (MONDLANE, 1995, p.169).

A visão de Mondlane é clarificada em discurso de Ngoenha sobre Mondlane, num debate organizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), a 11 de Maio de 2023, ao afirmar que o federalismo é o modelo de governação proposto por Eduardo Mondlane. No mesmo debate, Ngoenha sublinhou que o federalismo defendido por Mondlane permitiria, primeiro, uma participação real das populações sem distinção de origem, línguas, culturas e crenças, e segundo, teríamos o poder de cima que não seria autocrata, isto é, que não dita o que as populações devem fazer e como fazer, mas que aglutina as diferenças numa pirâmide que parte de baixo para cima. No entanto, Ngoenha defende a descentralização com reformas produtivas que melhoram as condições de vida das populações, evitando que dentro do mesmo país, haja grupo a ser tratado como estrangeiro quando este chega nas províncias de centro e norte.

A partir desta visão, considera-se que, de um lado, Ngoenha regressa a Mondlane para discutir as assimetrias no desenvolvimento entre Sul, Centro, Norte e entre governantes e governados no nosso país e; do outro lado, para salvar a nova juventude dos cucos, pois é esta juventude, teoricamente mais informada, formada, instruída, crítica e consciente, mas conivente da prisão de um novo círculo de políticas públicas fracas, com mentalidade egoísta – a juventude que identifica-se pelo “eu”, em detrimento do “nós” defendido pelo Mondlane para “em-comum” desenvolver o país. Portanto, Ngoenha inspirado em Mondlane, defende a necessidade de descentralizar, não só o poder político, mas também as instituições que constituem o pilar da democracia, mantendo os pilares de um país uno e indivisível.

É nessa perspectiva que Ngoenha (2019), reconhecendo a produção intelectual de Mondlane, que é relevante na gênese da nossa identidade comum, chama-o de volta para reconstruir grandes narrativas de legitimação, o sentido de comunidade e o nosso viver-em-comum, hoje destruídos pela nossa frágil democracia, pelo nosso egoísmo e pela perda da autonomia das instituições.

Com isso, Ngoenha interroga sobre a forma de pôr em ordem o nosso viver “em-comum” e a busca de uma coerência entre a liberdade individual e a igualdade, fonte de justiça social. A sua resposta é encontrada na reflexão sobre Mondlane e seus ideais. Nas suas palavras, Ngoenha argumenta,

[...] se os heróis selam a nação, alguns fazem-no porque nos recordam os valores e os princípios sobre os quais a nação foi fundada. Outros recordam-nos o passado glorioso do qual o próprio herói emergiu. Mondlane pode fazer mais do que isso; ele pode lembrar os fundamentos, interrogar a nossa prática, e dar subsídios para o que temos pela frente, (Ngoenha, 2019, p.172).

Pela frente referida por Ngoenha é o antagonismo do desemprego galopante, pobreza, serviços básicos inoperantes, miséria, injustiça social e da dependência econômica, pois na atualidade, como ele afirma, “se tivéssemos que nascer em maternidades, mais de 90% dos moçambicanos estaria ainda no ventre; seríamos um país de mulheres de ventres inchados à espera da parteira ou de fístulas obstétricas”, (Ngoenha, 2022, p.48).

Mondlane é chamado hoje para reorientar os moçambicanos da incerteza provocada pelo nosso maior vírus: a fome, malária, SIDA, falta de medicamento, intolerância política, sequestros e assassinatos, corrupção, conflitos culturais, religiosos e ideológicos. Os ideais de Mondlane podem ajudar no reerguer de Moçambique, começando pela produção de alimentos, adoção de políticas econômicas e educativas sustentáveis e o fortalecimento das instituições ao nível da administração pública.

A HIPÓTESE SOCIOLÓGICA

Ngoenha (2019, p.172) afirma que mesmo com Mondlane vivo, a violência estava já presente, uma prática evidenciada no II Congresso da Frelimo (Matchedje, 20 à 25 de Julho de 1968) que notabilizou as duas maneiras de fazer a política que não só dividia os homens entre os camaradas e reacionários, mas estes, porque estigmatizados como inimigos, eram violentados e até eliminados.

Consideráveis fontes tornadas públicas, evidenciam que apesar do II Congresso ter terminado com a vitória do grupo de Mondlane, os problemas não ficaram resolvidos. Por exemplo, a Frelimo desde a sua fundação, debatia-se com a divisão de grupos, onde, de um lado, havia um grupo de representação maconde e os seus apoiantes que contestavam algumas decisões, dando a sua fidelidade ao seu grupo étnico, povo e chefes tradicionais, propondo uma independência tradicional de base tribal ou étnica, que passaria, primeiramente pela liberdade do povo maconde,

e do outro, o grupo de Eduardo Mondlane, um grupo de base urbana, escolarizado cujo objetivo era a constituição de um Estado nacional antitribal, respeitando as fronteiras definidas na Conferência de Berlim.

Apesar destes e outros problemas ou conflitos persistirem ou agravarem-se dentro da organização política, é preciso reconhecer a luta de Eduardo Mondlane em tentar tornar Moçambique um país livre e unido— uma das razões de ser considerado o arquiteto da unidade nacional. Ao debater sobre os conflitos internos, Ncomo (2018) citado por Ngoenha (2019), narra episódios de mortes e de desaparecimentos de homens como prática ordinária em que quem ia ao interior de Moçambique tinha poucas possibilidades de voltar com vida. A própria morte de Mondlane foi de forma violenta, e a eliminação dos adversários passou a ser um específico *modus operandi*, portanto, uma postura política, (idem).

Com as declarações acima expostas, compreende-se que a prática política violenta que hoje vivemos no país foi desde muito o *mudus operandi* de alguns políticos, quando estes viam-se contrariados nas suas opiniões ou práticas. Quer dizer, o adversário político ou quem tentar contrariar os desejos e as estratégias dos dominantes ou poderosos, torna-se inimigo e este é para ameaçar, agredir, sequestrar ou até exterminar. Este comportamento político contraria o que se pensava de Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, que seria a era da derrota das armas, da violência e dos assassinatos políticos tidos como maneira de fazer política e expandir as zonas de controlo ou influência.

Contrariamente ao que se pensava do Acordo Geral de Paz em trazer a reconciliação, consenso e paz, alguns moçambicanos recordam diversos episódios violentos e bárbaros, como o assassinato em Gaza do ativista social Anastácio Matavel (07.10.2019) dias antes das eleições gerais que na sede do julgamento, dentre acusados estavam os agentes da corporação da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) – considerada polícia da elite moçambicana; o assassinato do constitucionalista e professor universitário franco-moçambicano Gilles Cistac, baleado a luz do dia, a 3 de Março de 2015; assassinato bárbaro de Mahamudo Amurane, então Presidente do Município de Nampula, apelidado de “revolucionário de Nampula”, numa ocasião em que celebrava-se o dia da Paz (4 de Outubro de 2017), para além do assassinato do advogado do candidato presidencial de Venâncio António Bila Mondlane, Elvino Dias e do mandatário do partido PODEMOS, Paulo Guambe, na madrugada de 19 de Outubro de 2024, numa altura que se aguardava o anúncio dos resultados das eleições gerais e legislativas de 09 de Outubro de 2024.

São atos de violência política que constituem o paradoxo entre a igualdade e a liberdade, porque arruinam a democracia através da disseminação do clima de medo, insegurança, angústia, desconfiança, ódio, depressão e revolta entre cidadãos, o que dificulta cada vez mais o espírito de reconciliação e de construção da paz, tanto almejado hoje depois de longo período de conflitos e intolerância política.

Portanto, é preciso que os moçambicanos compreendam duma vez para sempre que o viver-juntos garante o desenvolvimento saudável, resolve positivamente os problemas a partir do espírito de diálogo, consenso e reconciliação. O consenso tem igualmente a ver com clareza das formas lícitas de participação no debate político, separação de poderes e tolerância. Mas, considerando que onde há tolerância existem níveis diferenciados de poder (superior e inferior), é a missão do detentor do poder superior analisar, quiçá, tolerar o seu inferior. Ser tolerante não significa renunciar às próprias convicções, mas aceitar, de boa-fé, que o outro possa ter, ideias diferentes das minhas. Ngoenha, ao elucidar o conceito de tolerância, recorre a Voltaire, dizendo, “eu não estou de acordo contigo, mas vou me bater para que tu possas dizer a tua opinião”, (Ngoenha, 2013, p.173).

Para Ngoenha, a reconciliação exige o diálogo. É através do diálogo que pode-se resolver os impasses políticos e sociais, como passara pelo diálogo o fim dos conflitos da guerra civil e, alerta que o diálogo não é acomodar os interesses das partes, quer seja econômico, ou a distribuição entre os beligerantes de lugares nos gabinetes eleitorais, (idem, p.165). Ngoenha ao enaltecer o espírito de diálogo, concorda com Mondlane que antes de recorrer as armas contra o regime colonial português, primeiro tentou sem sucesso estabelecer o diálogo que visava negociar a independência de Moçambique de forma pacífica. Portanto, Mondlane era considerado um dos mais moderados entre os líderes nacionalistas africanos que via, primeiramente, o diálogo como a solução de problemas entre os grupos ou povo.

A HIPÓTESE POLÍTICA

A partir da reflexão sobre grandes temas políticos que marcam Moçambique hoje, Ngoenha recorre a Maquiavel, que mesmo reconhecendo que não era propriamente um sacristão, sabia que, para além da força – intransigência, destimidez do príncipe, a paz e a estabilidade de uma nação dependiam da existência de leis justas e de instituições fortes, (Ngoenha, 2019, p.181).

A questão das leis justas é uma das maiores preocupações de Ngoenha e convida Rawls ao debate, afirmando que a justiça é a primeira virtude das instituições. Na obra de John Rawls, *A Theory of Justice* (1971), diz que as leis e as instituições, mesmo que sejam bem concebidas e eficazes, devem ser reformadas ou abolidas se forem injustas. Ngoenha acredita que se a obra de John Rawls tivesse sido publicada no tempo de vida de Mondlane, não lhe teria passado despercebido, pós ela trouxe reflexão política e Mondlane era atento ao debate político ligado às liberdades no interior da sociedade.

O contexto moçambicano que vivemos hoje, a democracia precisa da aplicação justa das leis de modo a construir instituições fortes. Quer dizer, leis que agregam os interesses de todos (povo), protegendo os pobres e fracos dos ricos e poderosos. É através de leis justas e instituições fortes que ninguém recorre a violência ou intolerância para exigir os seus direitos ora privados e, ou usar o poder político e econômico para fragilizar a justiça das leis. É preciso evitar que a injustiça

se torne lei e os poderosos sejam impunes, pois essa prática, não só enfraquece o Estado, mas também destrói a sociedade.

Ngoenha, ao recorrer John Rawls, expressa o valor das liberdades básicas respeitante a distribuição de oportunidades em que os indivíduos criados em uma sociedade ordenada pela justiça como equidade desenvolverão uma concepção pessoal do bem congruente com as exigências da justiça. Quer dizer, não podemos separar a justiça da moral, da política ou do sistema econômico e a melhor forma de administrar a justiça é através das instituições sociais. Com isso, há necessidade de criação de sociedade cada vez mais unificada como forma de reduzir os focos de violência e de desigualdades sociais que caracterizam negativamente o nosso país e o continente em geral.

Outrossim, entende-se que uma das visões de Mondlane era construir sociedades ou grupos unidos que lutassem pelos mesmos objetivos, tal como aconteceu com a fusão dos três movimentos de resistência à dominação portuguesa (União Nacional Africana de Moçambique – MANU, União Nacional Africana de Moçambique Independente – UNAMI, União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO) que deles surgiu a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique. É uma visão de inclusão, independentemente das diferenças culturais ou de opiniões, onde o viver “em comum” exige de cada um, o espírito dialógico e de consenso, pois os moçambicanos precisam da paz, do sentido de comunidade, de valores morais, como virtudes de comunhão entre os cidadãos. É a coesão que nos torna impermeáveis às solicitações e seduições dos fazedores de conflitos, chantagistas políticos, manipuladores e caçadores de recursos e fomentadores de políticas monetárias que deixam o país em extrema dependência política e econômica.

A isso, Ngoenha, (2019, p.182) acrescenta que o pensamento político de Mondlane temperado pela sua experiência de funcionário internacional acreditava que uma má gestão política das relações entre povos com culturas diferentes num espaço geopoliticamente unívoco poderia criar dissabores irremediáveis, exemplo do genocídio no Ruanda. Mondlane via como perigo a veleidade de alguns grupos quererem se sobrepor aos outros e a emergência de iluminados, visionários ou oligarquias que pretendessem impor a sua visão ou ideologia a todos.

Mondlane estava consciente que a má gestão das preocupações dos povos poderia tornar desastrosa a situação do país. Assim, a sua visão estava assente num regime político que, sem recolonizar nem criar hierarquias, permitisse aglutinar os diferentes grupos e levá-los, não só a evitar conflitos, mas a cooperar e a criar junto um processo de desenvolvimento político e social. Nessa perspectiva, Ngoenha afirma,

“[...] para Mondlane o regime político tinha que ser necessariamente democrático. Uma democracia na qual cada indivíduo e grupo participaria para defini-los objetivos comuns e a forma de os realizar. A preocupação tinha que ver com a criação de regras políticas e instituições que pudessem encarnar um sentimento de justiça para todos”, (Ngoenha, 2019, p.182).

A partir dessa visão, entende-se que Mondlane defendia uma ordem política e uma organização de poderes que permitiria, ao futuro estado moçambicano, lidar positivamente com problemas, assegurando a autodeterminação. É na autodeterminação das nações que está uma concepção da democracia que respeita igualdade e justiça de todos os envolvidos. Para Mondlane, a paz nos conflitos africanos – só é segura se estiver alicerçada na igualdade de direitos das massas e não no governo do dia. Assim, os princípios duma paz duradoura devem assentar nos interesses dos grupos étnicos que constituem a nação, cabendo ao governo gerir, com cuidado e justiça, a diversidade de interesses, (ibidem, p.187). Portanto, Mondlane (1995) defende um sistema político que permite a participação ampla do povo na condução dos destinos do país.

Olhando à atualidade moçambicana, nota-se que os ideais de Mondlane estão em constante colisão porque o país debate-se com o problema da corrupção que assaltou as instituições do Estado e considera-se ser difícil aprimorar o seu combate se estas forem morosas com mau atendimento e incapazes de responder as preocupações dos cidadãos. Igualmente, o país vive o problema da “justiça ser fraca para os fortes”, pois é nas instituições do Estado onde há maior incidência da corrupção e escândalo financeiro, caso de “dívidas ocultas”, que constituem um dos maiores escândalos financeiro que envolve um empréstimo ilegal de 2 mil milhões de dólares a Moçambique, desvio de cerca de 113 milhões de meticais no Instituto Nacional de Segurança Social que levou a detenção da antiga ministra do Trabalho, Maria Helena Taipo, para além do desvio de aproximadamente 170 milhões de meticais de Fundo de Desenvolvimento Agrário, que igualmente resultou na condenação da antiga diretora, Setina Titosse.

Mais uma vez, o povo chora por Mondlane porque sonhava com um país democrático onde as leis e as instituições seriam justas e respeitariam os interesses do povo. Era um sonho que visava “lutar dentro do quadro constitucional, para proteger os débeis dos fortes”, (Ronguane citado por Ngoenha, 2019, p.183). Quer dizer, o governo deve ter leis que garantam o respeito pelos direitos humanos básicos, que permitam a autonomia de cada poder para que possa desempenhar o seu papel sem a interferência do próprio governo e dos políticos. Para isso, o governo deve ser forte com a responsabilidade de executar as decisões tomadas em diferentes poderes, promovendo e fazendo cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável. É a partir da vontade política dos governantes que se cria instituições fortes capazes de aprimorar o combate a corrupção e outros males e promover o espírito do “em-comum” nos cidadãos.

Ngoenha defende a construção de um país forte com instituições fortes capazes de impor-se contra os interesses de indivíduos ou pequeno grupo de egoístas. É a ganância individual de alguns governantes e políticos que aumenta os níveis de monopolização das instituições públicas, corrupção e outros males através do enfraquecimento da democracia. Para Ngoenha, a união dos moçambicanos pode ser o mais adequado projecto colectivo para o desenvolvimento, pois o divisionismo étnico ou regional só retarda ainda mais o progresso do país. Não é o presidente oriundo do Norte, Centro ou Sul que pode desenvolver o país ou a região, mas as instituições fortes viradas ao projeto coletivo, onde cada moçambicano sente-se comprometido.

A HIPÓTESE EPISTEMOLÓGICA – (RE) IMAGINAR A NAÇÃO

Esta hipótese constitui o título de uma exposição organizada pelo Museu Nacional de Arte (MUSART) em novembro de 2018. No debate epistemológico, Ngoenha convida Dipesh Chakrabarty, o historiador indiano para aquilo que chamou “provincializar a Europa”, que com o trabalho de artistas, curadores e críticos de arte africanos, viu a sua visão enaltecida, (Ngoenha, 2019, p.189).

Ngoenha chama a este debate o Chakrabarty porque igualmente reivindica o espaço de reconhecimento na história. Porque Chakrabarty busca refletir o problema dos indianos de representar-se na história académica, pois a Europa continua sendo o sujeito teórico de todas as histórias, incluindo as que chamamos “indianas, chinesas, quenianas, etc.”, que acaba colocando todas as histórias em uma posição de subalternidade.

É subalternidade porque enquanto os historiadores do terceiro mundo sentem a constante necessidade de se referirem à história europeia em seus trabalhos, os europeus não sentem a mesma necessidade. O próprio Chakrabarty afirma que um historiador do terceiro mundo, mesmo que se referindo à sua localidade, não pode ter a mesma atitude de ignorar os historiadores europeus, pois isso, sim, afetaria a qualidade de seus trabalhos, (Chakrabarty, 1992, p.87).

A esta realidade, entende-se como uma atitude paradoxal e parece ser evidente a ignorância dos europeus em pensar que somente a Europa é capaz de produzir teoria – uma visão de superioridade patente desde a dominação. Mas hoje, a África detém a população mais jovem do mundo, que constitui uma das maiores promessas para o futuro do continente. Com isso, exige-se maior consciência, sensatez, e envolvimento dos jovens em ações com os seus governos na tomada de decisões concretas que apostem na inovação, empreendimento e responsabilidade para construir um continente político e economicamente forte.

É com isso que Chakrabarty entende que a Europa foi apenas um canto do mundo que ganhou poder sobre outros cantos do mundo, e a capacidade de aplicação universal foi devido ao colonialismo, imperialismo e a disseminação do capitalismo global, (idem).

Talvez seja para contrariar a visão eurocentrista que o professor Ngoenha convida a magia da arte para interpretar o passado e projetar, ou melhor, visualizar o futuro por reconhecer que a arte sempre antecipou a filosofia, quer na tradição grega quer seja na moçambicana, (Ngoenha, 2019, p.189). O (re)imaginar a nação é comparado com o renascimento e atinge o sentido primeiro do conceito de estética, um sentimento comum. Para alterar o curso da história, é necessário (re)imaginar nosso futuro e para tal, precisa-se uma cultura de reconhecimento, reciprocidade e solidariedade entre as culturas e nações.

Contudo, precisamos de um pensamento moçambicano – um pensamento de moçambicanos para Moçambique pragmático e emancipado de posturas e diferendos ideológicos; de um pensamento que parta de uma análise lúcida e realista dos problemas do país para resolver seus impasses, (ibidem, p.199).

As artes despertam e expressam o nacionalismo e levam-nos a questionar um Moçambique em sentido de crise, país que, por causa dos egoísmos, já não consegue pronunciar a palavra “nós”. O “em comum” está em crise ou desapareceu do vocabulário da elite política, que apenas recorda o povo em contextos eleitorais. Os jovens que deviam ser a esperança do país estão mergulhados no desespero e ensinados a não debater abertamente os problemas do país. Por isso, Ngoenha recorda-nos e lamenta que somos um país fraco, frágil e pobre e não compreende a razão da incapacidade dos moçambicanos de ter um ponto de vista nacional sobre a política, economia e defesa, mas com tanta gente formada, tantas universidades, tantos quadros e recursos humanos, jamais tidos na nossa história.

Entende-se que as artes trazem “as feridas” individuais e coletivas das nossas histórias que permitirão sonhar e imaginar formas de organizar as nossas sociedades como fundamentos do (re)florescimento das sociedades africanas. Esse processo exige repensar, descolonizar as mentes e mobilizar as sinergias internas que contribuam no auto-reconhecimento e auto-determinação dos povos. É dentro do espaço cultural e do artista que os seres humanos interagem olhando em como vivíamos, como estamos a viver e como queremos viver.

Ngoenha (2019, p.193) relaciona a arte com o despertar do nacionalismo de Mondlane, afirmando que “o despertar da consciência nacionalista moldou a narrativa artística em Moçambique”. Aliás, as artes foram usadas como instrumentos de resistência na luta pela independência de Moçambique através de denúncias e inspiração de luta do povo. É nesta visão que Ngoenha inspirado pelo espírito nacionalista de Mondlane, convida os jovens que sendo uma nova geração de insurreição, ativa e decidida, lutem nos seus próprios termos como acontecera com outras gerações no passado onde Mondlane encabeçou a arquitetura de uma organização política para construir um Moçambique focado no interesse das suas populações, (idem, p.194).

Portanto, Ngoenha ao formular a hipótese (re) imaginar a nação, baseia-se na obra de Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique* que considera uma fonte de inspiração baseada no sofrimento em comum. Nesta obra, entende-se que a abordagem nacionalista de Mondlane nasceu da visão de lutar pela independência de Moçambique, razão que leva Ngoenha a desafiar a nova geração para que lute pelo bem-estar do povo moçambicano.

A HIPÓTESE FILOSÓFICA

Nesta hipótese, Ngoenha começa por recordar-nos a obra *Lutar por Moçambique* e considera que é um desafio contínuo. Com isso, ele recorre a asserção de Frantz Fanon que diz, “cada geração tem uma missão a cumprir, realizá-la ou traí-la” (Ngoenha, 2019, p.196). Mas Ngoenha apela as novas gerações a partir da afirmação de António Gramsci que, “a prudência, que é uma forma de sabedoria, quer que antes de nos lançarmos à realização da nossa missão olhemos para trás, para a história, grande mestre com muito a ensinar, mas com poucos discípulos”.

A sentença de Gramsci é uma das razões do título da obra *Regresso ao Futuro* – que significa voltar para mobilizar o pensamento de Mondlane em função do nosso presente na perspetivação do futuro. Neste contexto, não é o passado que faz a história e sim reparar um futuro a partir do passado, onde as nossas realizações e fraquezas são mestres para o sucesso do amanhã, quer dizer, o que interessa do Mondlane são os feitos do passado para melhor nos posicionar na reconstrução do futuro.

O próprio Ngoenha afirma que os passados, todos os passados, tiveram os seus futuros. Alguns desses futuros são hoje o nosso presente, mas também há futuros do passado que não tiveram e não têm futuro. Assim, pensar em Mondlane é de certa forma o retorno ao futuro, é mobilizar pensamentos e ideias do passado não-ultrapassados e, por isso, suscetíveis de serem convocados para um debate de futuro.

Ngoenha, apesar de reconhecer a importância da história para o reerguer do nosso “em-comum” e “a nossa democracia”, alerta-nos para que não fiquemos reféns da nossa história, porque nem tudo se enquadraria de melhor forma no contexto atual, ou seja, seria insistir na Frelimo do III Congresso (1977) que transformou a Frelimo num partido marxista – leninista, num contexto denominado de “democracia do partido único”, que reforçava a unidade e fortalecia o caráter inquestionável do regime político na altura. Hoje, o sistema político e modelos de desenvolvimento são diferentes. Com isso, precisamos regressar no passado em busca de inspiração para a construção do futuro melhor, mas numa forma reflexiva e pragmática.

Outrossim, aconselha-nos a definir claramente as nossas metas desenvolvimentistas para que os caminhos, sejam também bem definidos, pois vive-se numa época de tanta concorrência dos partidos, governantes e organizações, quer dentro ou fora dos mesmos, o que torna complexo e difícil identificar o adversário contra o qual lutar, e com quem contar para essa luta.

Com isso, Ngoenha descreve que a “geração de insurreição” teve uma missão muito árdua de lutar contra o colonialismo, mas definiu com exactidão, um inimigo claro com o objetivo de autodeterminação política. Já a geração de 75, com o país livre e independente tinha a missão de realizar os objectivos pelos quais o povo lutou, como afirma Cabral – paz, progresso e felicidade do povo, (Ngoenha, 2019, p.197). Apesar do autor reconhecer a dificuldade de realizar a missão, ele define que a missão clara poderia ser a de transformar o nosso país e continente, “de importador de riscos à produtor e importador de benesses”, (idem).

É incompreensível, falacioso e constrangedor que o continente africano seja dependente de cereais vindo da Europa e Ásia – que Moçambique recorra a vizinha África do Sul para importar tomate, cebola, batata-rena, mas com tanta terra arável no nosso território. E se a África do Sul decidir fechar as fronteiras? E se a Europa e Ásia decidirem restringir ou condicionar a cooperação com a África? A guerra Rússia- Ucrânia devia servir de ponto de análise reflexiva para os políticos e governantes africanos, pois com a dependência do continente africano, a guerra pode significar fome devido as dificuldades impostas na importação de trigo e outros

cereais e fertilizantes para a produção de alimentos e aumento do custo de combustíveis que influencia no aumento de preços dos bens da primeira necessidade.

Diante dessas dificuldades, os filósofos e o acadêmico em geral são chamados ao debate para definir as estratégias de desenvolvimento e “salvar o barco de afundações”, a partir da ciência e em consciência, mas sempre “em-comum”, fazendo o milagre de tornar possível o impossível ou o difícil. Portanto, os filósofos são chamados, a interpretar o sentido do nosso tempo porque “a filosofia nasce, vive e perdura por paradoxos, ou melhor de debates e de querelas qual uma dialéctica ininterrupta e infinita de OKs e KOs dos filósofos entre si”, (Ngoenha, 2022, p.113).

Para isso, Ngoenha (2019) apela novamente aos moçambicanos para mudarem de pronúncia de “eu” para “nós” – um nós Moçambique. Não se trata simplesmente de pronunciar a palavra “nós”, mas de assumir as suas consequências como única possibilidade de lutar por Moçambique, distanciando-se dos doadores que nos adormecem com dólares, petróleo e ONGs, mas cuja condição nos impede de dormir.

É aqui que os africanos e moçambicanos em particular são convidados a partir do debate aberto e reflexivo, redefinir os caminhos para o desenvolvimento sem esquecer que as melhores soluções dos nossos problemas são definidas internamente, quer dizer, a solução dos problemas dos moçambicanos está nos moçambicanos. Com isso, Ngoenha (2019) insta os moçambicanos para que possam buscar as soluções sempre com coragem e determinação de “aprender a correr a sua própria corrida e não dos outros”.

Considerando o que aconteceu com a geração de líderes nacionalistas africanos, caso de Mondlane, Ngoenha insta o filósofo a ser amigo do seu tempo, a falar a sua linguagem e a partir do seu lugar, construir um pensamento moçambicano – um pensamento de moçambicanos para Moçambique, como defende Mondlane na sua obra *Lutar por Moçambique* que “a libertação para nós não se resume à expulsão dos portugueses. Significa reorganizar a vida do país e colocá-lo no caminho seguro do desenvolvimento nacional”, (Mondlane, 1995, P.168).

Trata-se da visão futura que Mondlane tinha com Moçambique, defendendo que era necessário tirar o poder político das mãos dos portugueses porque eles estimulavam o desenvolvimento econômico que podia beneficiar uma elite pequena. Hoje, Moçambique está livre da colonização e do político português, mas nasceu a elite negra que concentra o poder político e econômico nas suas mãos enquanto a maioria da população passa fome e vive na extrema pobreza. É aqui onde Ngoenha formula a hipótese filosófica desafiando os intelectuais a estarem na dianteira da luta para que a pequena elite moçambicana não hipoteque as nossas vidas e das futuras gerações, como já se verifica com o problema da corrupção e desvio de fundos do erário público, para além da ganância de alguns governantes e políticos que aproveitam da sua posição para tirar proveitos individuais. Com isso, Ngoenha (2019, p.199) considera que “é necessário que tomemos decisões com ciência e em consciência, mas sempre em comum” para livrar Moçambique destes males. São desafios que obrigam os intelectuais a buscarem a inspiração em Mondlane para que possam

iluminar o futuro de Moçambique que hoje, em grande medida, “produz o que não come e come o que não produz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Mondlane- Regresso ao Futuro*, conclui-se que Ngoenha quer recuperar um Mondlane pragmático que aposta no diálogo e na construção da confiança como prática política, pois acredita que ser livre é usufruir da oportunidade de construir novos mundos com outros, isto é, um mundo tolerante à diferença de opinião, sem nenhuma necessidade de reacionários que precisam de ser exterminados para o sossego dos gananciosos.

Contrariamente ao pensamento de Mondlane, o nosso processo governativo, não simplifica, mas burocratiza, torna confusos os processos de tomada de decisões, sobretudo, tiram autonomia aos eleitos, exemplo da figura de secretários de Estado nas províncias, os administradores nas cidades capitais em relação ao governador e presidentes de Conselhos autárquicos eleitos, respetivamente. A forma de governar favorece a “elite”, ou seja, distribui as benesses entre os políticos da elite e sacrifica cada vez mais o desfavorecido, que mesmo do seu sacrifício é retirado o benefício.

Portanto, as quatro hipóteses arroladas pelo autor, interpretam o pensamento de Mondlane, em que a hipótese sociológica dá privilégio ao diálogo, a deliberação e o consenso como elementos centrais para o cidadão refletir sobre o significado da construção de uma nação. Já a hipótese política refere-se ao tipo de arranjos ou organizações institucionais que mais respeitariam a natureza específica das comunidades que fazem Moçambique. A hipótese epistemológica convida o cidadão a refletir como a partir das experiências próprias pode-se validar o que sabemos, ou saber sobre nós próprios. Trata-se de uma epistemologia positiva que assenta na negociação contínua do que somos ou podemos ser. E por último, a hipótese filosófica consiste na confiança reflexiva, na coragem que devemos ter para procurar outros subsídios que nos permitam imaginar outras maneiras de estarmos no mundo.

A mensagem que Ngoenha transmite na sua obra baseada em escritos de e sobre Mondlane é da necessidade dos africanos em geral e moçambicanos em particular, estarem na dianteira da solução dos seus próprios problemas porque os triliões de dólares postos à disposição pelos Estados mais ricos e agências internacionais visam proteger as economias mais fortes e transformar as economias mais fracas num aumento da dependência política e econômica.

Diante destas abordagens, algumas questões que ficam nessa reflexão é se o pensamento de Mondlane teria espaço na atualidade? Será que temos a coragem de fazer a marcha atrás em busca de inspiração de Mondlane? Será que Mondlane estaria à altura de contrariar a ganância, a corrupção, o nepotismo e egoísmo que visivelmente estão institucionalizados entre alguns “camaradas” hoje? Será que Mondlane estaria à altura de limitar as assimetrias norte, centro e sul?

Seja qual for a resposta, Ngoenha a partir da interpretação do pensamento de Mondlane levanta reflexões que conduzem a cada moçambicano ao autoconhecimento, questionamento, diálogo, consenso e reconciliação e posição ou lugar de cada um na luta por Moçambique e bem-estar das populações. Ngoenha inspirado em Mondlane, transmite a mensagem da necessidade de mudança de consciência, iniciando pelos governantes e políticos moçambicanos que têm o poder de decisão para que adotem as melhores políticas públicas que resolvem os problemas de pobreza, desemprego, fome e desnutrição, desigualdade social, conflitos internos, corrupção, nepotismo e outros males que semeiam ódio e intolerância na sociedade.

Por fim, regressar à Mondlane pode servir de base para (re)construir um Moçambique em paz, próspero e desenvolvido, onde o poder pertence ao povo e as leis servem para todos. Regressar à Mondlane é reconstruir o país na base de igualdade de todos moçambicanos, onde um certo grupo de indivíduos jamais explora os pobres para o seu benefício. É reconstruir um Moçambique com instituições fortes que formam indivíduos menos permeáveis a seduições dos poderosos ou chantagistas que querem ver o país dividido.

REFERÊNCIAS

CHAKRABARTY, D. **Postcoloniality and the Artifice of History: Who speaks for Indian pasts?** In representations, n.37. Special issue: imperial Fantasies and Postcolonial Histories. University of California Press, 1992.

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique**. 1ª edição moçambicana. Centro de Estudos Africanos. Tradução: Maria da Luz P. Dias. Maputo – Moçambique, 1995.

NGOENHA, S. E. **Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?** Maputo – Moçambique, 2013.

NGOENHA, S. E. **Mondlane-Regresso ao Futuro**. Maputo. Real Design-Editora, 2019.

NGOENHA, S. E. **Os tempos africanos do mundo**. Maputo: Editor Publifix, 2022.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1971.